

# Uma análise da qualidade da ocupação nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1990

EDWARD AMADEO\*

VALÉRIA PERO\*\*

JOANA MEYER\*\*\*

*Este artigo analisa as diferenças na composição do emprego e da renda entre as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1990 em busca de evidências sobre as diferenças na qualidade do emprego entre ambas. As principais conclusões da análise realizada são que o diferencial de qualidade do emprego entre as duas regiões — medido pelo diferencial de renda média — deve-se muito menos à qualidade dos trabalhadores (educação e experiência) e muito mais à qualidade dos postos de trabalho. Tanto a estrutura setorial do emprego — como a elevada incidência de emprego nos setores tradicionais do terciário — quanto a estrutura ocupacional do emprego — vista pela elevada incidência de trabalhadores sem carteira e por conta própria — estão na raiz do diferencial de renda entre Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, observa-se maior disparidade de renda no Rio de Janeiro, onde os trabalhadores mais jovens e menos instruídos recebem relativamente menos.*

## 1 - Introdução

É bastante conhecida na literatura especializada no tema [ver Amadeo e Gonzaga (1994) e Amadeo *et alii* (1993 e 1994)] a constatação empírica de que, apesar do fraco desempenho da economia brasileira nos anos 80, a taxa de desemprego manteve-se em patamar relativamente baixo.<sup>1</sup>

O principal impacto sobre o mercado de trabalho foi uma queda da qualidade da ocupação no Brasil. A renda real média da economia em 1990 foi 14% menor do que em 1981, o que quer dizer que os novos postos de trabalho gerados no mercado de trabalho

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC/RJ.

\*\* Aluna do doutorado do IEI/UFRJ e consultora do Ciet/Senai.

\*\*\* Assistente de pesquisa da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

<sup>1</sup> Verifica-se que, apesar da taxa de crescimento do produto de 1,1% a.a., a população ocupada cresceu 3% e a taxa de desemprego não ultrapassou o patamar de 5%, ou seja, o mercado de trabalho brasileiro foi capaz de criar novas oportunidades de emprego nesse período.

foram de baixa qualidade.<sup>2</sup> Entender o funcionamento do mercado de trabalho para tirar implicações de políticas que visem à melhoria da qualidade da ocupação parece um trabalho fundamental hoje.

Com o intuito de contribuir nesse sentido, resolvemos “fotografar” os mercados de trabalho das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1990 para analisar as diferenças na composição da ocupação e da renda. A estratégia adotada foi usar como referência de padrão de desenvolvimento a região metropolitana de São Paulo. Isso porque se considerarmos que a renda do trabalhador reflete a produtividade do trabalho, podemos tomá-la como uma medida de qualidade da ocupação. Assim, como São Paulo registra uma renda média mais alta do que o Rio de Janeiro, poderíamos dizer que a qualidade média da ocupação em São Paulo é maior que no Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a importância das diferenças da composição da ocupação e da renda entre as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo para explicar o diferencial de qualidade da ocupação (de renda média).

Para tanto, analisamos a distribuição dos trabalhadores na ocupação total e da renda média por variáveis que representam a qualidade do trabalhador — educação e idade, vista como uma *proxy* de experiência — e do posto de trabalho — setor de atividade, posição na ocupação e tempo de serviço.<sup>3</sup>

Assim sendo, a Seção 2 apresenta os preliminares empíricos, a Seção 3 analisa a composição da ocupação por grupo educacional, faixa etária, setor de atividade, posição na ocupação e tempo de serviço nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1990, a Seção 4 analisa as diferenças salariais no Rio de Janeiro e em São Paulo e, por fim, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

## 2 - Preliminares empíricos

### 2.1 - Base de dados e universo de análise

A fonte de dados utilizada neste trabalho é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990.<sup>4</sup> Nosso universo de análise foi restrito, basicamente, a quatro dimensões: *a*) regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo; *b*) População Economicamente Ativa (PEA); *c*) ocupados com carteira de trabalho assinada

---

<sup>2</sup> De fato, em Barros e Camargo (1993) estima-se que a contribuição da baixa qualidade do emprego para explicar a pobreza no Brasil aumentou a partir de 1990. No entanto, o que mais contribui ainda é a baixa qualidade da força de trabalho.

<sup>3</sup> Vamos admitir que a teoria do capital humano vale, ou seja, os salários crescem com educação, experiência e tempo no serviço. Mais ainda, vamos adotar uma hipótese forte de que a forma de valorização do capital humano do trabalhador no Rio de Janeiro é idêntica à de São Paulo.

<sup>4</sup> Infelizmente, este é o último ano disponível da PNAD.

(CC), sem carteira (SC) e por conta própria (CP); e *d*) ocupados nos setores secundário e terciário (ver tabela a seguir).

O tamanho da amostra é de 12.035 observações, que expandida representa 10.510.405 trabalhadores, sendo 39% no Rio de Janeiro e 61% em São Paulo. As restrições geraram um universo de análise que representa cerca de 20% da força de trabalho brasileira em 1990.

TABELA 1

*Filtragem para seleção do universo de análise*

	Rio de Janeiro		São Paulo	
	Pessoas	% perdida	Pessoas	% perdida
Total inicial	14.194.718		33.187.414	
Aplicação dos filtros				
Região metropolitana	2.750.136	19,4	15.611.186	47,0
Idade > 10 anos	2.043.919	14,4	3.655.356	11,0
PEA	4.332.572	30,5	5.931.632	17,9
CC, SC e CP	465.254	3,3	885.757	2,7
Renda positiva	44.824	0,3	95.009	0,3
Setores secundário e terciário	453.878	3,2	579.269	1,7
Estudo definido	10.672	0,1	12.261	0,1
Total	4.093.463	28,8	6.416.942	19,3

## 2.2 - Definição das variáveis

O trabalho descreve como a composição da ocupação varia entre as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo para as seguintes variáveis:

- cinco grupos educacionais: sem instrução, 1-4 anos de estudo, 5-8, 9-11 e 12 anos ou mais de estudo;
- cinco faixas etárias: 10-24 anos, 25-34, 35-44, 45-54 e maior que 55 anos de idade;
- 10 setores de atividade: indústria de transformação, indústria de material de transporte, construção civil, comércio, comércio ambulante, serviços públicos, administração pública federal, setor financeiro, serviços pessoais e outros serviços privados;

- três tipos de posição na ocupação: *a*) empregados com carteira de trabalho assinada mais funcionários públicos; *b*) empregados sem carteira de trabalho assinada; e *c*) trabalhadores por conta própria; e

- quatro faixas de tempo de permanência no serviço: menos que 1 ano, 1-2, 2-4 e 5 anos ou mais.

## 2.3 - Metodologia

Definir uma medida de qualidade da ocupação é um tema em si muito complexo, visto que envolve aspectos relacionados à percepção do trabalhador do que seja um “bom” ou “mau” emprego. As características que podem afetar a preferência de um trabalhador por determinado tipo de posto de trabalho são várias: maior renda, garantia de certa estabilidade no emprego, flexibilidade de horário, satisfação no ambiente de trabalho etc. Isso mostra as múltiplas faces em que pode ser analisada a qualidade da ocupação. Além disso, a combinação de fatores que influenciam esta variável pode determinar escolhas que não seriam esperadas se vistas apenas sob uma dimensão. Por exemplo, determinado trabalhador pode preferir um emprego com salário mais baixo porque fica mais próximo de sua casa, tem flexibilidade de horário etc. Apesar de a qualidade da ocupação apresentar um aspecto multidimensional, optamos por analisar neste trabalho somente a dimensão da renda do trabalhador.

A renda média pode ser considerada uma boa medida da qualidade média da ocupação, basicamente pelo fato de ter uma relação direta com a produtividade do trabalho. Constata-se empiricamente que existe um diferencial de renda média positivo entre as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Este trabalho busca explicar essa diferença de renda média através da análise das diferenças na composição da força de trabalho entre as duas regiões e das diferenças salariais *intra* e *entre* as regiões metropolitanas.

A análise será feita desagregadamente pelas variáveis selecionadas com o intuito de medir a importância dessas variáveis para explicar a diferença de renda média entre as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

Primeiro, vamos analisar as diferenças na composição da força de trabalho e verificar quais são os principais fatores explicativos para a existência da diferença da renda média entre as duas regiões. Se, por exemplo, a participação dos trabalhadores menos educados e jovens for mais alta na região metropolitana do Rio de Janeiro do que em São Paulo, podemos dizer que um dos fatores explicativos para a renda média mais baixa do Rio de Janeiro é a baixa qualificação da força de trabalho — em termos de anos de escolaridade e experiência. Em outras palavras, a qualidade média da ocupação no Rio de Janeiro é relativamente baixa porque o perfil dos trabalhadores por nível educacional e faixa etária

---

<sup>5</sup> É claro que esta metodologia não dá conta de uma série de outros fatores que são relevantes para explicar a qualidade do emprego, como, por exemplo, motivação, ambiente de trabalho, entre outros.

é pior que o de São Paulo. Assim, a diferença salarial e, portanto, de produtividade entre as duas regiões estaria sendo explicada pelas diferenças nas *características dos trabalhadores*.

Suponha-se agora que o perfil dos trabalhadores por nível educacional e faixa etária no Rio de Janeiro e em São Paulo seja idêntico. Isso quer dizer que outros fatores que não as diferenças nas características dos trabalhadores explicam as diferenças de produtividade entre as duas regiões. Diversos trabalhos mostram que os trabalhadores industriais registram uma renda média mais elevada que a do setor terciário [ver Amadeo, Pero e Scandiuzzi (1996)]. Mesmo quando se considera o diferencial de renda entre trabalhadores com características semelhantes, o setor industrial paga relativamente mais que o setor terciário.<sup>6</sup> Assim, se a incidência dos trabalhadores no setor terciário for mais elevada no Rio de Janeiro que em São Paulo e, principalmente, se os serviços de mais baixa qualidade ocuparem relativamente mais trabalhadores no Rio de Janeiro, teremos evidências de que as diferenças setoriais representam uma possível explicação para o diferencial de renda entre ambas as regiões.

Do mesmo modo, diversos trabalhos mostram que os empregados formais ganham relativamente mais que os informais.<sup>7</sup> Assim, um grau de informalidade das relações de trabalho mais elevado no Rio de Janeiro que em São Paulo indica uma incidência maior de ocupações que tendem a pagar relativamente menos.

Em suma, se a participação dos trabalhadores em serviços, principalmente de baixa qualidade, em ocupações informais e com poucos anos de casa for mais alta no Rio de Janeiro que em São Paulo, têm-se evidências de que as diferenças nos postos de trabalho são importantes para explicar a renda média relativamente baixa do Rio de Janeiro. Em outras palavras, o diferencial de renda média entre as duas regiões metropolitanas estaria sendo explicado pelas diferenças nas *características dos postos de trabalho*.

Segundo, analisaremos as diferenças na distribuição da renda por nível educacional, faixa etária, setor de atividade, posição na ocupação e tempo de serviço no interior de cada região em busca de explicação para as diferenças de renda média entre ambas. A primeira observação dos dados referentes à renda das duas regiões metropolitanas mostra que, em média, os paulistas ocupados recebem 42,92% a mais que os cariocas. Nota-se ainda que uma diferença positiva ocorre mesmo quando controlamos pelas variáveis acima citadas.<sup>8</sup> É claro que existem outros fatores que podem estar explicando as diferenças de renda entre as regiões, como, por exemplo, as diferenças no custo de vida, na qualidade do ensino, no grau de mobilização sindical etc. No entanto, nessa parte do

---

6 Em Castelar e Ramos (1994) verifica-se que, mesmo quando controlado por uma série de características do trabalhador e do posto de trabalho, a maioria dos setores que pagam relativamente menos pertence ao terciário. Isso sugere que as características do setor são relevantes para explicar a diferença salarial intersetorial.

7 Barros, Mello e Pero (1993) estimam os diferenciais entre empregados com e sem carteira controlados por nível educacional, faixa etária e região metropolitana e verificam que os empregados formais ganham relativamente mais. Em Pero e Urani (1993) verifica-se que o diferencial entre trabalhadores com carteira e por conta própria é positivo porém menor que entre aqueles com e sem carteira.

8 Cabe ressaltar que em todos os controles realizados neste trabalho a renda do carioca só é superior à do paulista no serviço administrativo federal.

trabalho enfatizamos o estudo da diferença de renda média para cada variável de análise selecionada em relação à renda média total do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Assim sendo, nesta análise torna-se relevante o formato da distribuição de renda dos trabalhadores. Suponha-se que a composição por nível educacional dos ocupados nas duas regiões seja idêntica e que os trabalhadores com baixa qualificação ganhem em média uma renda três vezes menor que a renda média do Rio de Janeiro e os de São Paulo, duas vezes menor. Então, isso quer dizer que no Rio de Janeiro existe uma dispersão maior da renda e que a renda média mais baixa dos pouco qualificados pode ser um dos fatores explicativos para a diferença de renda média entre as duas regiões metropolitanas.

### **3 - Diferenças na composição da força de trabalho entre as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1990**

Nesta seção analisamos, a partir das informações da Tabela 2, as diferenças na composição da força de trabalho ocupada entre Rio de Janeiro e São Paulo por nível educacional, faixa etária, setor de atividade, posição na ocupação e tempo de serviço. A idéia é buscar evidências empíricas para explicar o fato de São Paulo ter uma renda média mais elevada que o Rio de Janeiro através da qualidade da força de trabalho e do posto de trabalho.

#### **3.1 - Nível educacional**

O Brasil apresenta uma das maiores desigualdades de renda do mundo, com grande parcela devido à desigualdade educacional [ver Barros e Mendonça (1993)]. Parte dessa desigualdade pode ser explicada pelas diferenças de nível educacional entre as regiões metropolitanas. Poderíamos esperar, então, que parte da diferença salarial fosse explicada pela educação dos trabalhadores.

A distribuição dos trabalhadores por grupos educacionais tem o formato de um U invertido para ambas as regiões metropolitanas. A diferença é que os trabalhadores com educação entre 1 e 4 anos de estudo têm participação mais alta em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro o pico ocorre entre os trabalhadores com 5 a 8 anos de estudo.

Excluindo o grupo de 1 a 4 anos de estudo, a participação dos outros grupos é maior no Rio de Janeiro que em São Paulo. Um dado já demonstrado em outros trabalhos<sup>9</sup> é que a população economicamente ativa da região metropolitana do Rio de Janeiro

---

<sup>9</sup> Em Reis e Barros (1989) constata-se que: "As regiões metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro são as que apresentam níveis educacionais mais elevados, ocorrendo o contrário em Fortaleza e Recife. Não deixa de ser surpreendente o fato de São Paulo apresentar um nível médio de educação bastante baixo".

TABELA 2

*Distribuição dos trabalhadores segundo nível educacional, faixa etária, setor de atividade, posição na ocupação e tempo de serviço nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1990*

	Rio de Janeiro		São Paulo		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
<b>Nível educacional</b>						
Sem instrução	266.060	6,50	405.586	6,32	671.646	6,39
1-4 anos	1.054.329	25,76	2.071.922	32,29	3.126.251	29,74
5-8 anos	1.266.315	30,94	1.831.794	28,55	3.098.109	29,48
9-11 anos	902.061	22,04	1.218.827	18,99	2.120.888	20,18
Mais de 11 anos	604.698	14,77	888.813	13,85	1.493.511	14,21
<b>Faixa etária</b>						
10 a 24 anos	949.026	23,18	1.811.367	28,23	2.760.393	26,26
25 a 34 anos	1.170.254	28,59	1.906.381	29,71	3.076.635	29,27
35 a 44 anos	1.029.422	25,15	1.521.237	23,71	2.550.659	24,27
45 a 54 anos	578.378	14,13	768.287	11,97	1.346.665	12,81
> 55 anos	366.383	8,95	409.670	6,38	776.053	7,38
<b>Setor</b>						
1. Indústria de transformação	669.457	16,35	1.834.910	28,59	2.504.367	23,83
2. Material de transporte	32.006	0,78	308.521	4,81	340.527	3,24
3. Construção civil	290.268	7,09	443.367	6,91	733.635	6,98
4. Comércio	526.447	12,86	811.185	12,64	1.337.632	12,73
5. Comércio ambulante	140.147	3,42	139.963	2,18	280.110	2,67
6. Serviço público	568.439	13,89	562.922	8,77	1.131.361	10,76
7. Administração federal	40.550	0,99	11.239	0,18	51.789	0,49
8. Setor financeiro	208.441	5,09	314.663	4,90	523.104	4,98
9. Serviços pessoais	1.142.487	27,91	1.272.985	19,84	2.415.472	22,98
10. Outros serviços	475.221	11,61	717.187	11,18	1.192.408	11,35

(continua)

	Rio de Janeiro		São Paulo		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
<b>Posição na ocupação</b>						
Com carteira	2.545.448	62,18	4.405.315	68,65	6.950.763	66,13
Sem carteira	706.424	17,26	970.570	15,13	1.676.994	15,96
Conta própria	841.591	20,56	1.041.057	16,22	1.882.648	17,91
<b>Tempo de serviço</b>						
< 1 ano	1.022.286	24,97	1.810.370	28,21	2.832.656	26,95
1-2 anos	473.815	11,57	904.150	14,09	1.377.965	13,11
2-4 anos	882.861	21,57	1.498.741	23,36	2.381.602	22,66
> 5 anos	1.714.501	41,88	2.203.681	34,34	3.918.182	37,28
Total	4.093.463	100,00	6.416.942	100,00	10.510.405	100,00

FONTE: PNAD 1990.

apresenta um nível educacional mais elevado que a de São Paulo. Enquanto a participação dos analfabetos no Rio de Janeiro é 3% maior que a de São Paulo, para os trabalhadores com 9 a 11 anos de estudo essa diferença é de 16%, o que sugere que, entre ambas, a diferente composição da mão-de-obra por nível educacional não pode ser considerada um fator explicativo para as diferenças em termos de qualidade da ocupação (medida pela renda). Se a qualificação (medida por anos de estudo) da força de trabalho fosse o fator explicativo para as diferenças de renda média entre as duas regiões metropolitanas e se considerarmos que a renda cresce com a educação, a renda média do Rio de Janeiro deveria ser mais alta que a de São Paulo.

### 3.2 - Faixa etária

A análise da proporção de trabalhadores por faixa etária mostra que os jovens têm uma participação maior na ocupação total em São Paulo do que no Rio de Janeiro. De fato, a Tabela 2 mostra que a proporção relativa de trabalhadores com idade entre 10 e 34 anos é 58% em São Paulo e 52% no Rio de Janeiro. O curioso é que a maior diferença se dá entre o grupo de trabalhadores mais jovens: 10 a 24 anos. Seja por estratégia familiar de sobrevivência, seja pela atração do salário oferecido no mercado de trabalho paulista, a entrada dos mais jovens é mais intensa nessa região metropolitana.



Os trabalhadores em idade mais produtiva têm uma participação mais elevada no Rio de Janeiro do que em São Paulo, enquanto aqueles com mais de 55 anos representam 9% da força de trabalho carioca e 6% da paulista.

Se considerarmos a experiência do trabalhador um fator importante para a determinação da sua renda, as diferenças na composição da força de trabalho por faixa etária não se constituem num fator explicativo para os trabalhadores do Rio de Janeiro receberem em média uma renda inferior a São Paulo. Como foi dito anteriormente, a participação relativa dos trabalhadores jovens em São Paulo é maior que no Rio de Janeiro.

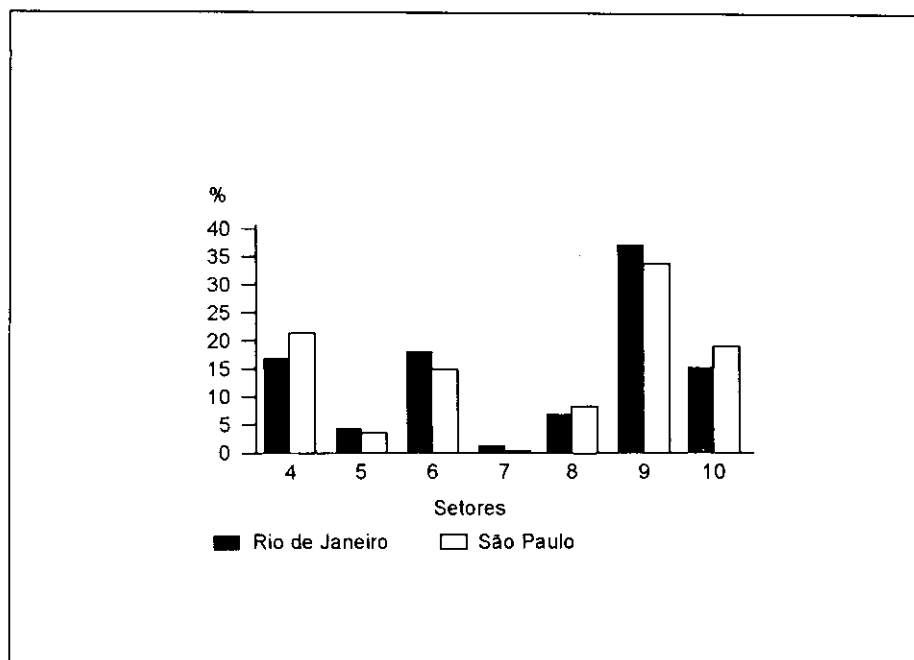
### 3.3 - Setor de atividade

Como pode ser visto na Tabela 2, enquanto na região metropolitana do Rio de Janeiro aproximadamente 24% dos trabalhadores estão ocupados na indústria (transformação, material de transporte e construção civil), em São Paulo essa proporção sobe para 40%, o que era de se esperar visto que ali se concentra o maior parque industrial do Brasil. Isto quer dizer que 76% dos trabalhadores da região metropolitana do Rio de Janeiro estão ocupados no setor terciário. Pode-se notar, então, que a participação de trabalhadores em atividades do terciário na PEA ocupada é sempre maior no Rio de Janeiro que em São Paulo.

Diante dessas constatações, resolvemos analisar as diferenças na composição da ocupação dentro do setor terciário entre as duas regiões. Para tanto, estimamos a participação dos trabalhadores ocupados em atividades terciárias — comércio (4), comércio ambulante (5), serviços públicos (6), administração federal (7), setor financeiro (8), serviços pessoais (9) e outros serviços (10) — em relação ao total de trabalhadores do setor terciário. O gráfico a seguir mostra exatamente as diferenças entre a composição da força de trabalho por atividades do terciário de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Verifica-se que a participação dos setores comércio (4), financeiro (7) e outros serviços (10) é maior em São Paulo que no Rio de Janeiro. Os serviços prestados pelos dois últimos setores são considerados de média e alta qualificações, complementares às atividades industriais e onde se espera que cresçam com o desenvolvimento econômico e a industrialização. Assim, São Paulo não somente se diferencia do Rio de Janeiro quanto ao emprego industrial, mas também no que tange aos reflexos de possuir uma alta participação da indústria no PIB.

A proporção de trabalhadores ocupados no comércio ambulante na PEA ocupada no Rio de Janeiro é 24% mais alta que em São Paulo. Não só a participação dos trabalhadores nesse setor é mais alta, como o número de trabalhadores ocupados nessa atividade é maior. Se no setor comércio tivéssemos incluído o comércio ambulante, a participação do Rio de Janeiro seria maior que a de São Paulo, apesar de o total de pessoas nesse setor



ser menor no Rio de Janeiro, ou seja, a diferença principal é que o comércio ambulante ocupa consideravelmente mais pessoas no Rio de Janeiro que em São Paulo.<sup>10</sup>

Os serviços públicos também empregam proporcionalmente mais trabalhadores no Rio de Janeiro que em São Paulo. A diferença maior, no entanto, fica por conta da administração pública federal, que tem uma participação na ocupação em serviços de 1,31% no Rio de Janeiro e 0,29% em São Paulo, o que quer dizer que este setor tem uma participação relativa no Rio de Janeiro 345% maior que em São Paulo, empregando mais trabalhadores tanto em termos relativos quanto absolutos.

O setor de serviços pessoais apresenta a participação mais alta na ocupação total tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Apesar de o Rio de Janeiro ter uma participação relativa desse setor no emprego em serviços 11% maior que São Paulo, em termos

10 Sobre este aspecto do mercado de trabalho do Rio de Janeiro existe uma complexa discussão a respeito dos prós e contras à existência de um comércio ambulante superdimensionado. O ponto a favor diz respeito ao fato de que representa uma alternativa ao desemprego. É bem conhecido o fato de que para a mão-de-obra menos qualificada representa uma ocupação em que se pode adquirir uma renda razoável sem ter que cumprir as exigências de um trabalhador na condição de empregado. Os pontos contrários são inúmeros: não pagam impostos (diminui a receita do Rio de Janeiro tanto porque eles não pagam como porque criam um conflito com os comerciantes em situação legal com a Prefeitura), relação com a criminalidade (a correlação entre as mercadorias roubadas de caminhões e as vendas por estes comerciantes é alta), apropriação de espaço público etc.

absolutos esta região metropolitana ocupa mais trabalhadores. As atividades pertencentes a este setor são consideradas de qualificação relativamente baixa, pois é o que registra em média a renda mais baixa.

Em suma: *a*) a participação dos trabalhadores em atividades do setor terciário é maior no Rio de Janeiro que em São Paulo; e *b*) os serviços relativamente menos qualificados (que, portanto, remuneram relativamente menos) têm uma participação mais alta no Rio de Janeiro que em São Paulo. Essas evidências sugerem que as diferenças na composição setorial da ocupação representam um importante fator para explicar a diferença na qualidade da ocupação entre as duas regiões.

### 3.4 - Posição na ocupação

O grau de formalização das relações de trabalho medido pela proporção de empregados com carteira de trabalho assinada e funcionários públicos, é mais alto em São Paulo (68%) que no Rio de Janeiro (62%), ou seja, na primeira região metropolitana, em 1990, cerca de 32% dos trabalhadores não tinham um vínculo empregatício formal, enquanto na segunda essa proporção sobe para 38%.

Os trabalhadores que conseguem emprego na indústria de transformação têm uma probabilidade maior de entrar para firmas grandes e com uma estrutura técnica e organizacional mais avançada.<sup>11</sup> Como essas firmas, dado o seu porte, têm capacidade relativamente maior de cumprir a legislação trabalhista, em São Paulo é esperado que o grau de formalização das relações de trabalho seja relativamente alto visto que a participação dos trabalhadores industriais é bem mais alta em São Paulo em comparação com o Rio de Janeiro. Por outro lado, a distância entre essas duas regiões metropolitanas provavelmente aumentaria, caso não existisse um setor público superdimensionado no Rio de Janeiro comparativamente a São Paulo. Além disso, e talvez o mais importante, acredita-se que no setor serviços as firmas tendem a ser menores.<sup>12</sup> Sendo assim, a capacidade de fiscalização dos contratos de trabalho por parte do governo é mais difícil, e o incentivo para investir em capital humano e em relações de trabalho mais duradouras parece ser menor.<sup>13</sup>

Os empregados contratados sem carteira de trabalho têm uma participação na ocupação total do Rio de Janeiro 14% maior que em São Paulo, o que implica que o Rio de Janeiro tem proporcionalmente mais relações precárias. Podemos ressaltar duas constatações empíricas que levam a essa conclusão: *a*) estimativas dos diferenciais de salários entre trabalhadores com características idênticas mostram que aqueles que têm carteira

---

11 Saboia (1994) estima, com o suplemento da PNAD de 1990, que 25% dos trabalhadores na indústria de transformação estão em estabelecimentos com menos de 10 pessoas ocupadas.

12 Em Saboia (1994) verifica-se que 74% dos trabalhadores ocupados no setor serviços estão em empresas com menos de 10 pessoas ocupadas.

13 Cerca de 40% dos empregados em atividades do setor serviços têm menos de um ano de "casa", e o grau de informalidade no setor serviços é consideravelmente maior que na indústria. Para mais detalhes sobre tal ponto, ver Amadeo, Pero e Scandiuzzi (1996).

de trabalho assinada ganham mais que aqueles que não a possuem [ver Barros, Mello e Pero (1993)]; e b) a maioria dos empregados sem carteira de trabalho assinada (63%) disse que gostaria de mudar para um emprego com carteira assinada.<sup>14</sup>

No entanto, o que mais diferencia as duas regiões metropolitanas é a participação dos trabalhadores por conta própria, que no Rio de Janeiro é 27% maior que em São Paulo. Entretanto, a análise da renda média desse segmento por região metropolitana revela que os trabalhadores por conta própria típicos de São Paulo são diferentes daqueles do Rio de Janeiro, porque nesta região eles têm uma renda média 15% inferior àquela observada na região metropolitana do Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, os trabalhadores por conta própria ganham 42% a mais. Esses dados sugerem que o trabalhador por conta própria “precário” ainda tem uma alta representatividade no Rio de Janeiro, o que merece um estudo mais profundo, embora pareça que em São Paulo os trabalhadores por conta própria invistam mais e possam ter um retorno maior ou, através de relações mais flexíveis de trabalho, conseguir fazer seu “tempo” para ganhar mais. Enfim, isso sugere que são trabalhadores com algum poder de barganha e, portanto, devem ter adquirido um mínimo de qualificação.<sup>15</sup>

A informalidade das relações trabalhistas — em particular, o tipo de informal que está representado no Rio de Janeiro — parece explicar consideravelmente a diferença de renda entre ambas as regiões.

### 3.5 - Tempo de serviço

Por último, analisamos como a proporção relativa dos trabalhadores no Rio de Janeiro e em São Paulo varia por faixas de tempo de serviço. Na Tabela 2 verificamos, quase surpreendentemente, que a participação dos trabalhadores com pouco tempo de “casa” na ocupação total é menor no Rio de Janeiro quando comparada com São Paulo: enquanto 58% da força de trabalho carioca têm até quatro anos de casa, em São Paulo essa proporção sobe para 65%.

Por um lado, deveríamos esperar que no mercado de trabalho de São Paulo as relações de trabalho fossem mais longas que no Rio de Janeiro, visto que a indústria tende a absorver grande parcela de trabalhadores com contrato formal de trabalho. Existem evidências empíricas de que a mobilidade dos trabalhadores no setor terciário e nos segmentos informais é maior que a dos trabalhadores industriais e a dos empregados com carteira de trabalho assinada [ver Barros, Sedlacek e Varandas (1988) e Pero (1995)].

---

<sup>14</sup> Essas estimativas foram feitas para o Brasil com o suplemento da PNAD 1989 e 1990 por Pero e Urani (1993). O único grupo de empregados sem carteira onde a maioria não quer mudar para uma condição com carteira é aquele com mais de 11 anos de estudo, o qual, no entanto, representa parcela ínfima da população desse segmento.

<sup>15</sup> A participação dos trabalhadores por conta própria na indústria é ínfima. Nesse caso, a barganha se dá na prestação dos serviços. Ou esses trabalhadores têm mais condições de barganhar por preços mais altos por seus serviços prestados em São Paulo ou predominam as atividades com alto grau de qualificação do trabalho.

Assim, esses dados poderiam estar sugerindo que o cumprimento da legislação trabalhista não representa um obstáculo efetivo para diminuir a rotatividade da mão-de-obra.

Por outro lado, vimos que a participação dos jovens na ocupação total é mais alta em São Paulo que no Rio de Janeiro. São entrantes no mercado de trabalho querendo ganhar experiência, ou seja, os jovens podem não só estar contribuindo para uma participação relativamente alta de trabalhadores em São Paulo com pouco tempo de “casa” porque têm pouco tempo no mercado de trabalho, mas também porque estão em fase de mudar de emprego para experimentar as oportunidades oferecidas para crescer na profissão.

Além disso, a proporção de servidores públicos é consideravelmente maior no Rio de Janeiro que em São Paulo. Sabe-se que para eles está garantida a estabilidade no emprego, o que sugere que parte da diferença entre a participação dos trabalhadores com mais de cinco anos de “casa” no Rio de Janeiro e em São Paulo deve-se a essa constatação.

## **4 - Diferenças na distribuição de renda da região metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro**

Nesta seção analisamos, a partir das informações da Tabela 3, as diferenças na renda média dos trabalhadores ocupados nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo por nível educacional, faixa etária, setor de atividade, posição na ocupação e tempo de serviço. A partir dessa análise será possível verificar como essas duas regiões valorizam a sua força de trabalho e qual a diferença em termos de dispersão da renda entre os indivíduos.

### **4.1 - Nível educacional**

A Tabela 3 mostra que a renda cresce significativamente na medida em que o trabalhador é mais instruído. Pode-se notar ainda que no Rio de Janeiro o “prêmio” por um maior nível educacional é maior que em São Paulo. Enquanto em São Paulo o indivíduo com mais de 11 anos de estudo ganha em média cerca de cinco vezes a renda de um trabalhador sem instrução, ficando com uma renda 141% maior que a média, no Rio de Janeiro o trabalhador mais qualificado recebe 7,5 vezes a renda do menos qualificado, obtendo um rendimento 178% acima da média. Pode ser observado que o hiato salarial entre as faixas educacionais é quase sempre maior no Rio de Janeiro que em São Paulo, com exceção da diferença entre os trabalhadores sem instrução e aqueles que passaram de 1 a 4 anos na escola — 37% no Rio de Janeiro e 38% em São Paulo.

Os cariocas sem instrução e aqueles com 1 a 4 anos de estudo recebem, respectivamente, 62,76 e 48,94% menos que a média paga na região. Os paulistas com o mesmo grau de instrução auferem, por outro lado, 51,67 e 33,17% menos que a média em São Paulo. Deste modo, os trabalhadores cariocas com 1 a 4 anos na escola ganham 87% menos que os paulistas com este nível educacional.

TABELA 3

*Distribuição da renda segundo nível educacional, faixa etária, setor de atividade, posição na ocupação e tempo de serviço no Rio de Janeiro e em São Paulo em 1990*

	Rio de Janeiro (Renda)	Média (RJ = 100)	São Paulo (Renda)	Média (SP = 100)	Diferencial São Paulo/Rio de Janeiro
<b>Nível educacional</b>					
Sem instrução	9.790,67	37,24	18.159,72	48,33	85,48
1-4 anos	13.423,98	51,06	25.111,07	66,83	87,06
5-8 anos	16.178,69	61,54	26.427,61	70,33	63,35
9-11 anos	28.901,90	109,93	43.273,18	115,16	49,72
Mais de 11 anos	73.267,01	278,68	90.651,98	241,25	23,73
Desvio padrão		88,93		69,97	
<b>Faixa etária</b>					
10 a 24 anos	12.339,97	46,94	20.664,07	54,99	67,46
25 a 34 anos	25.921,77	98,60	39.806,84	105,94	53,57
35 a 44 anos	34.798,36	132,36	49.110,88	130,70	41,13
45 a 54 anos	32.072,60	121,99	50.381,28	134,08	57,09
Mais de 55 anos	30.577,11	116,30	35.113,14	93,45	14,83
Desvio padrão		30,21		28,79	
<b>Grandes setores</b>					
Indústria de transformação	29.255,56	111,28	36.841,37	98,05	25,93
Material de transporte	31.238,50	118,82	43.153,62	114,85	38,14
Construção civil	19.420,94	73,87	32.491,54	86,47	67,30
Comércio	21.420,89	81,48	37.872,41	100,79	76,80
Comércio ambulante	16.362,12	62,23	25.659,75	68,29	56,82
Serviço público	42.527,57	161,76	52.515,73	139,76	23,49
Serviço administrativo federal	56.824,20	216,14	39.203,83	104,33	-31,01
Setor financeiro	47.424,51	180,38	58.070,72	154,54	22,45
Serviços pessoais	13.527,78	51,45	23.372,85	62,20	72,78

(continua)

	Rio de Janeiro (Renda)	Média (RJ = 100)	São Paulo (Renda)	Média (SP = 100)	Diferencial São Paulo/Rio de Janeiro
Outros serviços	33.688,83	128,14	46.649,93	124,15	38,47
Desvio padrão		51,38		27,78	
Posição na ocupação					
Com carteira	30.902,18	117,54	39.750,31	105,79	28,63
Sem carteira	14.321,13	54,47	22.408,76	59,64	56,47
Conta própria	22.391,56	85,17	42.511,33	113,14	89,85
Desvio padrão		25,75		23,68	
Tempo de serviço					
< 1 ano	14.237,58	54,15	22.863,04	60,85	60,58
1 a 2 anos	19.583,40	74,49	28.477,05	75,79	45,41
2 a 4 anos	20.482,39	77,91	36.226,21	96,41	76,87
> 5 anos	38.322,71	145,76	54.312,22	144,54	41,72
Total	26.291	100,00	37.575,31	100,00	42,92
Desvio padrão		34,52		31,59	

FONTE: PNAD 1990.

Assim, e tendo em vista que a composição da ocupação por nível educacional é mais favorável no Rio de Janeiro que em São Paulo, percebe-se que, se as duas regiões apresentassem a mesma estrutura por educação, o diferencial da renda média entre elas seria ainda maior. Além disso, se fosse aumentado (diminuído) o grau de educação dos trabalhadores de ambas as regiões, o hiato entre a renda média seria reduzido (elevado).

## 4.2. Faixa etária

Os valores das rendas médias por faixa etária apresentam o formato de um U invertido para as duas regiões metropolitanas. Contudo, o ponto mais alto da distribuição difere entre Rio de Janeiro e São Paulo. Na primeira, são aqueles entre 35 e 44 anos que recebem

mais (32,36% acima da média), e, na segunda, os trabalhadores entre 45 e 55 anos são mais bem-remunerados (34,08% mais que a média).

Em ambas as regiões os mais jovens são os que têm menor rendimento. Entretanto, podemos dizer que em São Paulo as diferenças de renda entre as faixas etárias são menores, com o mais jovem recebendo 45,01% menos que a média, contra 53,06% no Rio de Janeiro. Tal desempenho se traduz no fato de que nesta região o trabalhador que pertence à faixa etária mais bem-remunerada ganha em média 2,82 vezes o rendimento médio dos mais jovens, enquanto em São Paulo este número é de 2,44.

Esse comportamento surge como uma possível explicação da maior atratividade do mercado de trabalho paulista para os mais jovens, especialmente aqueles entre 10 e 24 anos.

Notam-se ainda dois fatores importantes. Em primeiro lugar, existe um enorme ganho de renda entre as duas primeiras faixas, sendo ele ainda mais impressionante no Rio de Janeiro (110%). Apesar disso, o trabalhador carioca pertencente à faixa entre 25 e 34 anos ainda ganha menos que a média paga na região, ao contrário do que ocorre em São Paulo. Em segundo lugar, os mais velhos preservam melhor a sua renda no Rio de Janeiro que em São Paulo. No Rio de Janeiro, os trabalhadores com mais de 55 anos recebem cerca de 16% acima da média, sofrendo uma perda de renda de apenas 5% com relação à faixa anterior. Em São Paulo, os trabalhadores desta mesma faixa ganham 6,5% menos que a média e apresentam uma perda de 30% sobre o rendimento daqueles com idade entre 45 e 54 anos.

### **4.3 - Setor de atividade**

A análise da dispersão da renda média por setor de atividade mostra que existe um forte diferencial de renda proveniente do setor no qual o trabalhador está alocado. Apesar da ordem não ser a mesma, os setores que remuneram melhor e pior os seus trabalhadores são os mesmos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os que pagam mais são: serviço público, serviço administrativo federal e outros serviços. Os que pagam menos são: construção civil, comércio ambulante e serviços pessoais.

No que se refere ao estudo com controle por setor de atividade, o Rio de Janeiro apresenta uma dispersão de renda bem mais elevada que São Paulo. O trabalhador carioca do setor que paga melhor (serviço administrativo federal) possui uma renda média 4,2 vezes maior que a do trabalhador que pertence ao setor que pior remunera (serviços pessoais). Já em São Paulo, o trabalhador do setor de serviços financeiros, que apresenta a maior renda média, recebe apenas 2,48 vezes mais que aquele do setor de serviços pessoais, o pior remunerado.

Na seção anterior, a composição setorial da ocupação foi apontada como uma das principais causas dos diferenciais de renda entre Rio de Janeiro e São Paulo. O seu papel é agravado pelo fato de que no Rio de Janeiro os setores que tradicionalmente apresentam as menores rendas, como serviços pessoais, construção civil e comércio ambulante, remuneram relativamente menos do que em São Paulo. Se focalizarmos os serviços



peçoais, vemos que no Rio de Janeiro ele emprega mais e paga 48,55% menos que a média, enquanto em São Paulo paga 37,80% abaixo da média.

No que se refere ao comércio, percebe-se uma discrepância ainda maior entre as duas regiões: enquanto em São Paulo a renda desse setor é levemente superior à média, no Rio de Janeiro ela se situa 18,52% abaixo da média da região.

Por outro lado, a indústria de transformação, a indústria de material de transporte, os serviços financeiros e outros serviços pagam relativamente mais no Rio de Janeiro que em São Paulo. Com relação ao serviço administrativo federal, o Rio de Janeiro apresenta uma renda maior em termos absolutos (45% a mais que São Paulo), o que, contudo, não reverte o diferencial de renda favorável a São Paulo.

#### **4.4 - Posição na ocupação**

Na análise da composição da ocupação foi possível observar que, pela própria estrutura setorial de sua economia, o Rio de Janeiro conta com um maior grau de informalização do mercado de trabalho, tendo um contingente mais elevado de trabalhadores sem carteira e por conta própria. No que se refere ao estudo da renda, duas constatações se mostram importantes.

Em primeiro lugar, no Rio de Janeiro, os empregados com carteira são aqueles que ganham, em média, relativamente mais, atingindo 2,15 vezes a renda média dos empregados sem carteira, que são os pior remunerados. Aqueles que trabalham por conta própria recebem 28% a menos que os com carteira. Em São Paulo, o quadro é bastante diferente: os trabalhadores por conta própria são os que ganham mais, computando 13,14% a mais que a média da região e cerca de 7% acima do auferido pelos empregados com carteira.

Em segundo lugar, os empregados com carteira são relativamente mais bem-remunerados no Rio de Janeiro que em São Paulo, com o oposto ocorrendo com os trabalhadores por conta própria e os sem carteira.

Desta forma, não só o Rio de Janeiro tem um alto grau de informalização, como esta se revela mais precária aqui do que em São Paulo. O emprego com carteira torna-se, então, relativamente mais atraente para os trabalhadores cariocas.

#### **4.5 - Tempo de serviço**

Conforme verificado na análise da composição ocupacional por faixas de tempo de serviço, o Rio de Janeiro apresenta uma proporção maior de trabalhadores com mais tempo de casa do que São Paulo. Tal fato foi explicado tanto pela presença mais numerosa de jovens no mercado de trabalho paulista como pela participação mais marcante do setor público na economia carioca.

Como é de se esperar, nas duas regiões o salário aumenta conforme se eleva o tempo de serviço. O Rio de Janeiro remunera relativamente melhor o trabalhador com mais de cinco anos de serviço: 45,76% acima da média, contra 44,54% em São Paulo. Além disso, este trabalhador ganha 2,70 vezes mais que aquele trabalhador com menos de um ano de serviço no Rio de Janeiro, enquanto em São Paulo recebe 2,38 vezes mais. Como pode ser observado, no Rio de Janeiro os trabalhadores com menos tempo de serviço são relativamente pior remunerados do que em São Paulo.

Porém, o fato mais interessante a ser notado é que a elevação da renda média em São Paulo, na medida em que cresce a experiência, ocorre de maneira mais ou menos uniforme. A diferença da segunda para a primeira faixa é de cerca de 25%, enquanto da terceira para a segunda é de 27%. Na última faixa há um salto maior do nível de renda, que se apresenta 50% maior que a faixa anterior. No Rio de Janeiro, o comportamento da renda é bem mais irregular. As variações acima mencionadas são, respectivamente, de 37, 4,6 e 87%.

Tendo isto presente, podemos dizer que o mercado de trabalho para aquele que esteja começando no emprego é mais atraente em São Paulo que no Rio de Janeiro. Além disso, a pouca diferença observada entre os rendimentos dos trabalhadores cariocas com 2 a 4 anos de serviço e aqueles com 1 a 2 anos somada ao grande diferencial favorável aos trabalhadores com mais de 5 anos de serviço parecem mostrar que o setor público, com a estabilidade no emprego, tem um papel fundamental na determinação do salário no Rio de Janeiro. Para reforçar esta teoria, basta lembrar que o setor de serviços públicos paga 61% acima da média no Rio de Janeiro, contra 40% em São Paulo.

## 5 - Conclusão

A análise da composição da ocupação nos mostra que as variáveis mais relevantes para explicar a diferença de renda média entre as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo não são aquelas associadas à qualificação da mão-de-obra. O estudo mostrou que a força de trabalho carioca tem um nível educacional mais alto que a de São Paulo. Além disso, a participação dos trabalhadores em idade produtiva mais alta registra-se maior no Rio de Janeiro.

Assim, se o fato de a força de trabalho carioca apresentar um nível de educação formal e de experiência no mercado de trabalho mais elevado que São Paulo fosse o determinante principal da renda, o Rio de Janeiro deveria registrar uma renda média mais alta que São Paulo. No entanto, sabemos que em São Paulo a renda média é maior que no Rio de Janeiro, ou seja, existem outros fatores que superam essa diferença positiva para o Rio de Janeiro.

Quando comparamos a composição da ocupação e o diferencial de renda média por nível educacional, percebemos que existem movimentos distintos que podem explicar a diferença da renda média entre ambas as regiões: por um lado, os trabalhadores ocupados no Rio de Janeiro têm um perfil educacional mais elevado que aqueles de São Paulo; e, por outro, a renda média dos trabalhadores com maior nível educacional é relativamente maior no Rio de Janeiro que em São Paulo. Esses resultados nos levariam a esperar que,

mantendo a renda por nível educacional constante, se houvesse um aumento da educação, a diferença de renda média entre as duas regiões diminuiria. No entanto, se considerássemos a composição da ocupação por nível educacional do Rio de Janeiro idêntica à de São Paulo, deveríamos esperar um aumento do diferencial de renda média entre ambas as regiões.

Os trabalhadores mais jovens, menos educados, com menos tempo de serviço e sem carteira assinada são relativamente pior remunerados no Rio de Janeiro do que em São Paulo, enquanto os trabalhadores mais instruídos e mais velhos ganham relativamente mais. Se acreditarmos numa curva de oferta de trabalho, talvez esta seja uma explicação para o perfil da composição da ocupação mais favorável no Rio de Janeiro para as três primeiras características. Com relação à demanda, pode-se pensar que a produtividade dos menos qualificados é mais baixa no Rio de Janeiro, bem como que haja uma insuficiência de demanda para este tipo de trabalhador (devido ao baixo nível de dinamismo na economia).

A maioria dos trabalhadores cariocas está ocupada no setor terciário, que registra, em média, uma renda inferior à da indústria. Além disso, os setores dentro do terciário que têm uma participação relativa (ou até em termos absolutos) mais alta no Rio de Janeiro são os considerados “atrasados” — apresentam baixas produtividade e renda. Isso sugere que, mais do que apresentar um setor serviços maior que São Paulo, a proporção de trabalhadores ocupados para prestar serviços de mais baixa qualificação no Rio de Janeiro é relativamente maior que em São Paulo. Certamente, esse é um dos fatores para explicar o fato de São Paulo registrar uma renda média mais alta que o Rio de Janeiro.

Além da distribuição da ocupação desfavorável, o Rio de Janeiro paga pior no seu setor de serviços pessoais — o mais representativo — e no comércio. Contudo, apesar de mudanças de ordem, os três setores que pagam mais e os três que pagam menos são os mesmos nas duas regiões.

Uma outra constatação relevante é que o grau de informalidade das relações de trabalho medido pela proporção de trabalhadores sem carteira e por conta própria, no Rio de Janeiro é maior que em São Paulo. O fato de o emprego sem carteira ter uma participação mais elevada implica que o Rio de Janeiro tem proporcionalmente mais empregos precários. Isso porque outras pesquisas demonstraram que, no Brasil, o segmento do mercado de trabalho que registra o salário médio mais baixo é o de empregados sem carteira, e a maioria desses trabalhadores não está satisfeita com sua forma de inserção no mercado de trabalho.

A participação dos trabalhadores por conta própria ser mais alta no Rio de Janeiro não traz um resultado tão evidente assim. A maioria deles respondeu que não quer mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada, e diversos segmentos ganham mais do que os empregados com carteira. No entanto, parece que o trabalhador por conta própria típico do Rio de Janeiro difere do de São Paulo, visto que o primeiro ganha menos que a renda média do Rio de Janeiro e o segundo registra um ganho em relação à média de São Paulo. Cruzando as informações com setores, podemos concluir que o peso dos trabalhadores por conta própria em atividades mais “tradicionais” do setor terciário é maior no Rio de Janeiro.

Por último, verificamos que a proporção de trabalhadores com mais tempo de serviço é relativamente mais alta no Rio de Janeiro que em São Paulo, o que pode ser explicado pelo fato de a proporção de jovens ser relativamente mais alta em São Paulo. Um outro fator explicativo é que o Rio de Janeiro tem uma participação relativamente mais alta de servidores públicos que São Paulo. No entanto, causou certa surpresa essa constatação, visto que a participação dos trabalhadores industriais e o grau de formalização das relações de trabalho são relativamente mais altos em São Paulo. Enfim, essa variável não parece ser tão importante para explicar as diferenças de renda entre as duas regiões.

Assim sendo, a principal conclusão da análise realizada é de que o diferencial de qualidade de emprego entre Rio de Janeiro e São Paulo — medido pelo diferencial de renda média — deve-se muito menos à qualidade dos trabalhadores (educação e experiência) e muito mais à qualidade dos postos de trabalho. Tanto a estrutura setorial do emprego — elevada incidência de emprego nos setores tradicionais do terciário — quanto a estrutura ocupacional do emprego — elevada incidência de trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria — estão na raiz do diferencial de renda entre ambas as regiões. Além disso, observa-se que no Rio de Janeiro os trabalhadores mais jovens e menos instruídos recebem relativamente menos. Se olharmos os diferenciais de renda entre as duas regiões, verificamos que são bem maiores quando se trata destas categorias, o que pode explicar o perfil favorável da composição da ocupação no Rio de Janeiro, que tem menos atratividade para este tipo de trabalhador.

#### **Abstract**

*This paper analyze the differences in the composition of the occupation and income between metropolitan regions of Rio de Janeiro and São Paulo in 1990. We search for empirical evidences for the wage gap between these two regions. The higher incidence of traditional services sectors, self employed workers and informal wage earners in occupation of Rio de Janeiro is an important aspect to explain the wage gap between Rio de Janeiro and São Paulo. Moreover, we observe a higher income variation in Rio de Janeiro, where the average income of the young and less educated workers is relatively inferior.*

#### **Bibliografia**

- AMADEO, E., GONZAGA, G. *Inflation and economic policy reform: social implications in Brazil*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 1994 (Série Seminários, 17/94).
- AMADEO, E., PERO, V., SCANDIUZZI, J. C. Ajuste empresarial, empregos e terceirização. *Revista de Economia Política*, v.16, n.1, jan./mar. 1996.
- AMADEO, E. *et alii*. Ajuste estrutural e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. *Perspectivas da Economia Brasileira —1994*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

- . *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho desde 1980*. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 1994 (Série Seminários, 11/94).
- BARROS, R. P., CAMARGO, J. M. Em busca dos determinantes do nível de bem-estar social na América Latina. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 23, n. 3, dez. 1993.
- BARROS, R. P., MELLO, R., PERO, V. *Informal labor contracts: a solution or a problem?* Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1993 (Texto para Discussão, 291).
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R. S. P. Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil. *Perspectivas da Economia Brasileira — 1994*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- BARROS, R. P., SEDLACEK, G., VARANDAS, S. Segmentação e mobilidade no mercado de trabalho brasileiro: uma análise da área metropolitana de São Paulo. *Perspectivas da Economia Brasileira — 1989*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- CASTELAR, A., RAMOS, L. Inter-industry wage differentials and earnings inequality in Brazil. *Anais da Anpec*, 1994.
- PERO, V. *Terciarização e qualidade do emprego no início dos anos 90*. Rio de Janeiro: IEL/UFRJ, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- PERO, V., URANI, A. Determinantes do excesso de mão-de-obra no mercado formal de trabalho. *Perspectivas da Economia Brasileira — 1994*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- REIS, J. G. A., BARROS, R. P. Educação e desigualdade de salários. *Perspectivas da Economia Brasileira — 1989*. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- SABOIA, J. *Pequenos empreendimentos: potencial e desafios*. Rio de Janeiro, jun. 1994, mimeo.

(Originais recebidos em fevereiro de 1996. Revisos em março de 1996.)